

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CONTAS DE GERÊNCIA 2020

CONTAS DE GERÊNCIA 2020

Centro Social Comunitário do Planalto de Jales

Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

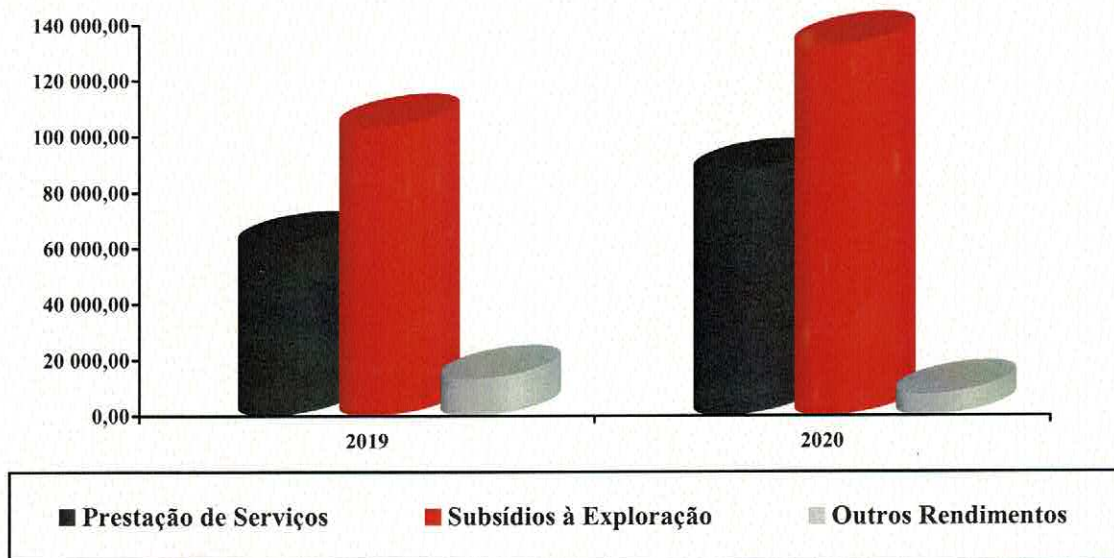


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

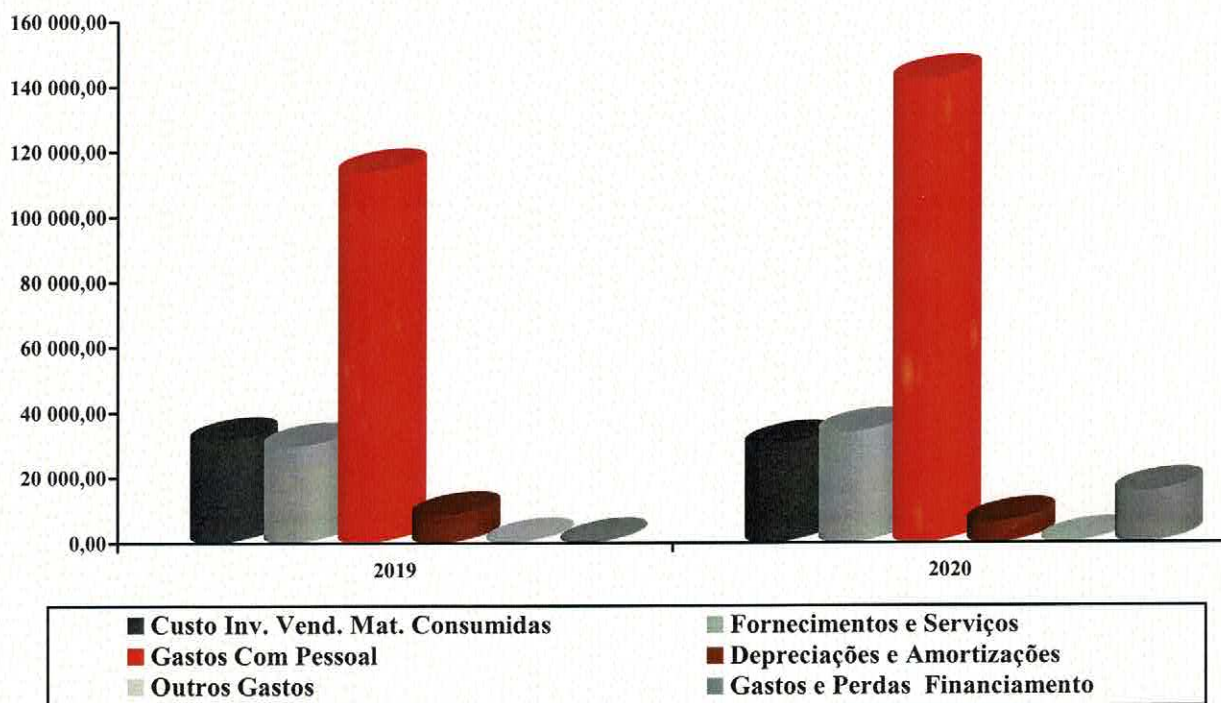
[Handwritten signatures and initials]

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



GASTOS



Balço Individual em 31-12-2020

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	886.986,47	350.449,87
		886.986,47	350.449,87
Ativo corrente			
Inventários	5	221,15	10.694,04
Créditos a receber	11.2; 11.4	3.776,71	13,37
Estado e outros entes públicos	11.3	16.031,89	15.445,30
Outros ativos correntes	11.2; 11.4		2.333,10
Diferimentos	11.6	344,62	
Caixa e depósitos bancários	11.1	44.001,40	8.787,92
		64.375,77	37.273,73
Total do ativo		951.362,24	387.723,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	8.1	-125.304,43	121.233,91
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	8.1	87.194,43	92.460,83
		-38.110,00	213.694,74
Resultado líquido do período	8.1	-1.777,72	-5.545,79
Total do Fundo Patrimonial		-39.887,72	208.148,95
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		703.680,00	
		703.680,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	11.2; 11.4	7.747,02	3.956,12
Estado e outros entes públicos	11.3	3.015,18	2.382,26
Outros passivos correntes	11.2; 11.4	276.807,76	173.236,27
		287.569,96	179.574,65
Total do passivo		991.249,96	179.574,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		951.362,24	387.723,60

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luis Leite
CC n.º 39242






EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	6	86.880,84	61.269,79
Subsídios, doações e legados à exploração	7	132.269,16	103.248,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-30.019,18	-31.250,25
Fornecimentos e serviços externos	11.7	-33.884,78	-29.606,40
Gastos com o pessoal	9	-142.245,43	-113.570,11
Outros rendimentos	11.10	7.543,60	13.169,74
Outros gastos	11.8	-352,45	-293,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.191,76	2.967,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-6.326,32	-8.369,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.865,44	-5.401,95
Juros e gastos similares suportados	11.9	-15.643,16	-143,84
Resultado antes de impostos		-1.777,72	-5.545,79
Resultado líquido do período	8.1	-1.777,72	-5.545,79

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242





EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		83.117,50	61.565,56
Recebimentos de subvenções		132.269,16	103.248,66
Pagamentos a fornecedores		-79.645,50	-53.040,07
Pagamentos ao pessoal		-121.184,43	-113.565,13
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		14.556,73	-1.790,98
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			-1.782,44
Outros Recebimentos/Pagamentos			-1.782,44
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		14.556,73	-3.573,42
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-514.102,68	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-514.102,68	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		462.153,55	
Subsídios e doações		134,81	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-9.870,09	-143,84
Outras operações de financiamento		-5.661,64	
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		446.756,63	-143,84
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-52.789,32	-3.717,26
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.787,92	12.505,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		44.001,40	8.787,92

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite
C C n.º 39242

ANEXO
(Período 2020)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Comunitário de Jales

NIPC 503 365 688

1.2 – Sede

Largo do Toural, n.º 2

Alfarela de Jales

5450 – 120 Alfarela de Jales




1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Comunitário de Jales é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, através das Respostas Sociais de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

- 
- 
- 
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
 - Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.



3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.


3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.



3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros



As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rúbrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:


- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.


3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.



3.1.2.10 – Benefícios dos empregados



Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'L. H. F.' and other illegible signatures.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2020.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis

Quantias brutas escrituradas	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates / transf	2020
Terrenos e recursos naturais	19.952,00			19.952,00			19.952,00
Edifícios e outras construções	296.934,54			296.934,54			296.934,54
Equipamento básico	48.600,44			48.600,44	8.575,51	931,43	58.107,38
Equipamento de transporte	44.564,92			44.564,92			44.564,92
Equipamento administrativo	5.450,60			5.450,60		-931,43	4.519,17
Outros ativos fixos tangíveis	4.631,52			4.631,52		-0,01	4.631,51
Ativos fixos tangíveis em curso	12.300,00	149.752,02		162.052,02	534.287,50		696.339,52
Sub-total	432.434,02	149.752,02		582.186,04	542.863,01	-0,01	1.125.049,04
Depreciações e perdas por imparidade	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates / transf	2020
Edifícios e outras construções	124.779,07	5.938,69		130.717,76	5.938,69	-1.832,50	134.823,95
Equipamento básico	44.149,45	2.221,94		46.371,39	2.764,02	387,61	49.523,02
Equipamento de transporte	44.564,92			44.564,92			44.564,92
Equipamento administrativo	5.241,73	208,85		5.450,58	0,02	-931,43	4.519,17
Outros ativos fixos tangíveis	4.631,52			4.631,52		-0,01	4.631,51
Sub-total	223.366,69	8.369,48		231.736,17	8.702,73	-2.376,33	238.062,57
Quantias líquidas escrituradas	209.067,33	141.382,54		350.449,87	534.160,28	2.376,32	886.986,47

5 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

5.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2020	2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	221,15	10.694,04
Total	221,15	10.694,04



c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2020			2019		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		10.694,04	10.694,04		14.564,91	14.564,91
Compras		19.546,29	19.546,29		27.186,88	27.186,88
Regularizações						
Inventários no fim do período		221,15	221,15		10.694,04	10.694,04
CMVMC		30.019,18	30.019,18		31.057,75	31.057,75

6 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidos no período	2020	2019
Venda de bens		
Prestação de serviços	86.880,84	61.269,79
Juros		
Total	86.880,84	61.269,79

7 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

7.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2020	2019
Imputação de sub. para investimentos	5.266,40	8.369,49

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2020	2019
Centro Distrital de Segurança Social	131.125,22	82.789,70
Outros		7.156,08
Autarquias	866,19	13.302,88
Total	131.991,41	103.248,66

8 – Instrumentos financeiros

8.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2018	Aumentos	Reduções	2019	Aumentos	Reduções	2020
Fundos líquidos							
Resultados transitados	123.035,68		-1.801,77	121.233,91		-246.538,34	-125.304,43
Ajustamentos em ativos financeiros							
Outras variações no fundo patrimonial	100.830,32		-8.369,49	92.460,83		-5.266,40	87.194,43
Resultado líquido	-1.801,77	1.801,77	-5.545,79	-5.545,79	5.545,79	-1.777,72	-1.777,72
Total	222.064,23	1.801,77	-15.717,05	208.148,95	5.545,79	-253.582,46	-39.887,72

9 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

9.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	10			10
Termo certo				
Termo incerto				
Total	10			10
Número médio				10

Gastos com pessoal	2020	2019
Funcionários:	140.678,92	112.606,97
Remunerações	114.800,97	92.267,93
Encargos seg. social	25.877,95	20.339,04
Seguros	1.231,71	943,64
Outros	334,80	19,50
Total	142.245,43	113.570,11



9.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2020 e atualmente, a direção é constituída por cinco elementos.

9.3 – Número médio de voluntários

Não existem

10 – Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2020.

10.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2020.

10.3 – A 31 de dezembro de 2020 não existiam salários em dívida aos funcionários.


11 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.



Meios financeiros líquidos	2020	2019
Caixa	100,00	180,19
Depósitos à ordem	43.901,40	8.607,73
Depósitos a prazo		
Total	44.001,40	8.787,92

11.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2020			2019		
Clientes	3.776,71		3.776,71	13,37		13,37
Outros créditos a receber				2.333,10		2.333,10
Total	3.776,71		3.776,71	2.346,47		2.346,47
Passivos	2020			2019		
Fornecedores	7.747,02		7.747,02	3.956,12		3.956,12
Fornecedores de investimentos	251.788,06		251.788,06	167.497,32		167.497,32
Outras dívidas a pagar	25.019,70		25.019,70	5.738,95		5.738,95
Total	284.554,78		284.554,78	177.192,39		177.192,39

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

11.3 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2020	2019
Ativo		
EOEP - IVA	16.031,89	15.445,30
Total	16.031,89	15.445,30
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	519,96	126,00
EOEP - Segurança Social	2.487,51	2.194,41
EOEP - Outros	7,71	61,85
Total	3.015,18	2.382,26

[Handwritten signature and initials]

11.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2020	2019
Ativo - Outros créditos a receber		
Adiantamento a fornecedores		2.333,10
Total		2.333,10
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar	6.332,30	5.738,95
Credores por acréscimos de gastos	18.687,40	
Fornecedores de Imobilizado	251.788,06	167.497,32
Total	276.807,76	173.236,27

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

11.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2020	2019
Passivo - Acréscimos de gastos		
Férias e Sub. Férias a liquidar	18.687,40	
Total	18.687,40	

11.6 – Diferimentos

Diferimentos	2020	2019
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	344,62	
Total	344,62	
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Total		

11.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2020	2019
Trabalhos especializados	6.866,82	3.272,60
Publicidade e propaganda	92,25	
Vigilância e segurança	1.221,68	1.280,29
Honorários	2.412,98	720,00
Conservação e reparação	2.876,97	1.466,40
Serviços bancários	518,17	
Ferramentas e utensílios	1.490,41	628,39
Material de escritório	298,21	622,05
Eletricidade	2.764,64	4.773,76
Combustíveis	8.225,69	10.403,11
Água	515,87	566,05
Deslocações e estadas	26,35	1.872,69
Comunicação	457,54	876,26
Seguros	1.688,58	942,61
Contencioso e notariado	25,00	
Despesas de representação	25,00	
Limpeza, higiene e conforto	3.984,92	1.640,51
Outros FSE	393,70	541,68
Total	33.884,78	29.606,40

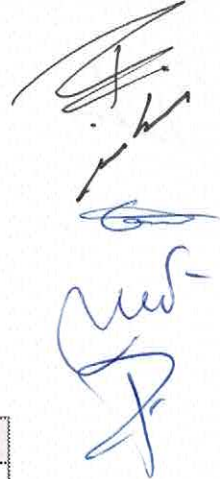
11.8 – Outros gastos

Outros gastos	2020	2019
Taxas	18,39	18,39
Correções de períodos anteriores	269,72	
Outros	64,34	275,51
Total	352,45	293,90

11.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2020	2019
Juros	9.870,09	
Outros gastos de financiamento	5.773,07	143,84
Total	15.643,16	143,84



11.10 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2020	2019
Sinistros		873,76
Correções de períodos anteriores	656,37	2,03
Imputação de subs. ao investimento	5.266,40	8.369,49
Restituição impostos		3.924,46
Reposição sub. Alimentação funcionários	1.230,00	
Donativos	134,81	
Outros	256,02	
Total	7.543,60	13.169,74

11.11 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2020 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 1.777,72€ para Resultados Transitados.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alfarela de Jales, 30 de setembro de 2021

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite

CC n.º 39242

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2020



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2020)

Ex.mos Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Centro Social e Comunitário de Jales**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2020, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 1.777,72€.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Vendas líquidas				
Prestação de serviços	86.880,84	61.269,79	25.611,05	41,80%
Volume de negócios	86.880,84	61.269,79	25.611,05	41,80%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	30.019,18	31.250,25	-1.231,07	-3,94%
FSE				
Trabalhos especializados	6.866,82	3.272,60	3.594,22	109,83%
Publicidade e propaganda	92,25		92,25	
Honorários	2.412,98	720,00	1.692,98	235,14%
Conservação e reparação	2.876,97	1.466,40	1.410,57	96,19%
Ferramentas e utensílios	1.490,41	628,39	862,02	137,18%
Electricidade	2.764,64	4.773,76	-2.009,12	-42,09%
Combustíveis	8.225,69	10.403,11	-2.177,42	-20,93%
Deslocações e estadas	26,35	1.872,69	-1.846,34	-98,59%
Comunicação	457,54	876,26	-418,72	-47,78%
Outros	8.671,13	5.593,19	3.077,94	55,03%
Total FSE	33.884,78	29.606,40	4.278,38	14,45%
Gastos com pessoal	142.245,43	113.570,11	28.675,32	25,25%
Depreciações e amortizações	6.326,32	8.369,48	-2.043,16	-24,41%
Outros gastos e perdas	352,45	293,90	58,55	19,92%
Outros gastos e perdas financiamento	15.643,16	143,84	15.499,32	10775,39%
Total dos gastos e perdas financ.	15.643,16	143,84	15.499,32	10775,39%
Total dos Gastos e perdas	228.471,32	183.233,98	45.237,34	24,69%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2020 a 219.150,00€ (164.518,45€ em 2019).

Evolução dos rendimentos

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Vendas				
Prestação de serviços	86.880,84	61.269,79	25.611,05	41,80%
Subsídios à exploração	132.269,16	103.248,66	29.020,50	28,11%
Outros rendimentos	7.543,60	13.169,74	-5.626,14	-42,72%
Total dos Rendimentos	226.693,60	177.688,19	49.005,41	27,58%

Fi
Ant
P.

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Edifícios				
Equipamento básico	8.575,51		8.575,51	
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Ativos fixos tangíveis em curso	534.287,50	162.052,02	372.235,48	229,70%
Total	542.863,01	162.052,02	380.810,99	234,99%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	296.934,54	296.934,54		
Equipamento básico	58.107,38	48.600,44	9.506,94	19,56%
Equipamento de transporte	44.564,92	44.564,92		
Equipamento administrativo	4.519,17	5.450,60	-931,43	-17,09%
Outros ativos fixos tangíveis	4.631,52	4.631,52		
Ativos fixos tangíveis em curso	696.339,52	162.052,02	534.287,50	329,70%
Total	1.105.097,05	562.234,04	542.863,01	96,55%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 19.808,60€ (17.791,77€ em 2019).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 179.574,65€ (287.569,96€ em 2019).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.



8 – *PRINCIPAIS RISCOS*

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – *DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS*

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – *AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES*

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – *EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE*

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2020 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 1.777,72€ para Resultados Transitados.


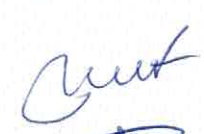

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Alfarela de Jales, 30 de setembro de 2021

A Direção

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2020 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Direção



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top, a horizontal line, and two smaller signatures below.